

## Opinião

## Da diversidade dos “sonhos”

Por Luca Bussotti\*

O antigo líder do governo italiano, Silvio Berlusconi, falando, em 2012, de supostos subornos que a empresa pública italiana Finmeccanica teria dirigido a favor de ministros e outros políticos no Brasil, Panamá, Índia e Indonésia, para fornecer a esses países grandes navios de guerra assim como aviões militares, afirmou que, nestas realidades extra-europeias, os negócios funcionam assim: se os políticos locais não forem “satisfeitos” nada será feito, e o negócio irá fracassar.

Uma tal afirmação levantou duras críticas, principalmente porque foi feita por um dos mais influentes homens políticos italianos dos últimos vinte anos. O hipócrita mundo da cãndida política italiana revoltou-se contra afirmações inaceitáveis, tornando-as uma arma de luta contra o empresário que se tinha dado à vida política.

Não restam dúvidas de que Berlusconi foi – na Itália democrática – o pior primeiro-ministro daquela República. Mas o seu extremo realismo e até cinismo, naquela circunstância, tinha identificado um problema concreto e extremamente sério. Num mundo que se pretende globalizado, em que o WTO e as outras organizações internacionais procuram ditar regras claras e aparentemente universais, o suborno continua um dos requisitos principais para “competir” fora da Europa, naqueles países onde há matérias-primas e outras grandes oportunidades.

Aquilo que emerge do artigo de “Il Fatto Quotidiano” (um diário italiano conceituado e muito engajado no jornalis-

mo de investigação), e que o “Canal de Moçambique” quis apresentar aos seus leitores, levanta questões que a intuição política de Berlusconi tinha, embora de forma provavelmente “politically incorrect”, realçado.

Não se trata, neste caso, de subornos, pelo menos até hoje não têm evidência disso. Nem se sabe se Scaroni adquiriu aquele terreno no belo Bilene para passar férias com os seus filhos. Mas aquilo que se sabe – por meio das gravações de chamadas telefónicas por parte da Polícia italiana – é que o próprio Scaroni tinha um “sonho”. Na sua qualidade de AD (ou seja, o verdadeiro chefe) da maior empresa pública italiana, a ENI, presente na exploração de gás natural em Cabo Delgado, Scaroni podia ter muitos sonhos: por exemplo, aumentar o volume de negócios da ENI e, indirectamente, beneficiar o maior accionista, o Estado italiano; ou desenvolver uma terra ainda pobre, Cabo Delgado, mediante acções de responsabilidade social destinadas ao crescimento e envolvimento participativo das comunidades locais; assim como mostrar que é possível explorar um recurso não renovável, tal como o gás, de forma ambientalmente respeitosa e mediante uma comunicação ambiental e do risco moderna e consciente. Gostaria de saber, como italiano que estuda há anos as questões relacionadas com desenvolvimento em Moçambique, se a ENI tem adoptado esta estratégia no território de Cabo Delgado junto às comunidades locais. Tenho as minhas dúvidas, aliás, quase certezas, que pouco disso tenha sido feito.

**W**  
*O hipócrita mundo da cãndida política italiana revoltou-se contra afirmações inaceitáveis, tornando-as uma arma de luta contra o empresário que se tinha dado à vida política.*

Mas o sonho de Scaroni era outro: nada daquilo que acabo de mencionar. Não. Scaroni pretendia, mediante um relacionamento claramente privilegiado com o então chefe do Estado moçambicano, Guebuza, ter um acesso privilegiado a terrenos preciosos, que este próprio Estado deveria guardar cuidadosamente ou distribuir nas formas apropriadas, que a lei da terra claramente identifica. Terrenos que ele ia utilizar para passar férias com a sua família, defendendo a ausência de qualquer conflito de interesses relativamente à sua posição preferencial, que colocava-o num patamar diferente de qualquer outro indivíduo, seja moçambicano ou estrangeiro.

Não é importante, portanto, pelo menos na lógica que estou tentando seguir, estabelecer se o facto ocorreu ou não. Muito mais significativa é a intenção de alguém que, no papel de plenipotenciário da ENI, já somou uma condenação a três anos pelo crime de desastre ambiental por má-gestão da central eléctrica de Porto Tolle (na Itália) e terá de passar por um processo devido a um suborno de cerca de 198 milhões de USD em favor do então ministro da Energia da Argélia, Chekib Khelil, para obter 8 biliões de euros de concessões petrolíferas.

Do lado moçambicano ou, no geral, dos países em vias de desenvolvimento e ricos em matérias-primas, este episódio estimula outras reflexões: diante do poder das grandes multinacionais, estes países parecem ainda desprovidos das armas necessárias para tirar os justos dividendos em prol das suas populações. Armas acima de tudo éticas, em

que o interesse público constitua a estrela guia dos governantes; mas também armas negociais de cariz político, em que se consiga distinguir, no seio das actividades assim como dos comportamentos dos interlocutores internacionais, quais os aspectos positivos e proveitosos, e quais os negativos, que devem ser recusados e ultrapassados. Que tipo de papel está a exercer o Estado moçambicano no enorme negócio do gás em Cabo Delgado e do carvão em Tete? Quais as estratégias para garantir a primazia do interesse das suas populações? Quais as leis, vínculos e controlos ambientais que estas grandes multinacionais devem respeitar? E como elas vão dar conta da sua actividade e do relativo impacto junto às populações eventualmente afectadas?

Estas perguntas, muito além do episódio reportado neste jornal – que entretanto merece ser esclarecido em todos os seus pormenores – irão constituir um grande banco de prova para o novo Presidente da República e para o seu Executivo. A via para a paz passa também por aqui, pela capacidade de o Governo tirar o máximo proveito para os seus cidadãos dos investimentos estrangeiros. Talvez possa ser este um “sonho” que merece ser perseguido, muito mais do que ter uma vivenda familiar num terreno exclusivo ao pé da praia no Sul de Moçambique.

*\* Investigador no Centro de Estudos Internacionais do Iscte (Lisboa) e “Visiting Professor” no Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento da Universidade de Eduardo Mondlane*